

opõem a uma legislação nacional, como a que está em causa no processo principal, que impõe ao empregador a obrigação de pôr à disposição da autoridade nacional com competência para a fiscalização das condições de trabalho o registo dos tempos de trabalho, a fim de permitir a sua consulta imediata, na medida em que essa obrigação seja necessária para o exercício, por essa autoridade, da sua missão de fiscalização da aplicação da legislação em matéria de condições de trabalho, nomeadamente, no que respeita ao tempo de trabalho.

(<sup>1</sup>) JO C 295, de 29.09.2012.

#### **Acórdão do Tribunal de Justiça (Décima Secção) de 13 de junho de 2013 — Comissão Europeia/República Italiana**

(Processo C-345/12) (<sup>1</sup>)

(Incumprimento de Estado — Diretiva 2009/91/CE — Desempenho energético dos edifícios — Artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, 9.º, 10.º e 15.º, n.º1 — Transposição incorrecta — Não transposição no prazo previsto — Diretiva 2010/31/UE — Artigo 29.º)

(2013/C 225/64)

Língua do processo: italiano

#### **Partes**

**Demandante:** Comissão Europeia (representantes: E. Montaguti e K. Herrmann, agentes)

**Demandada:** República Italiana (representantes: G. Palmieri, agente assistido por A. De Stefano, avvocato dello Stato)

#### **Objeto**

Incumprimento de Estado — Não adoção, no prazo previsto, de todas as disposições necessárias para dar cumprimento aos artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, e 10.º, bem como ao artigo 15.º, n.º 1, da Diretiva 2002/91/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativa ao desempenho energético dos edifícios (JO L 1, p. 65), em conjugação com o artigo 29.º da Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios (JO L 153, p. 13)

#### **Dispositivo**

1. Ao não prever a obrigação de disponibilizar um certificado de desempenho energético em caso de venda ou de arrendamento de um imóvel em conformidade com o disposto e nas condições previstas nos artigos 7.º e 10.º da Diretiva 2002/91/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativa ao desempenho energético dos edifícios e ao não ter notificado todas as medidas de transposição do artigo 9.º, da Diretiva 2002/91, a República Italiana não cumpriu as obrigações que lhe incumbem nos termos dos artigos 7.º, n.ºs 1 e 2, e 10.º, bem como do artigo 15.º, n.º1, desta diretiva, em conjugação com o disposto no artigo 29.º da Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

2. A República Italiana é condenada nas despesas.

(<sup>1</sup>) JO C 287, de 22.09.2012.

#### **Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 30 de maio de 2013 (pedido de decisão prejudicial do Conseil Constitutionnel — França) — Jeremy F./Premier ministre**

(Processo C-168/13 PPU) (<sup>1</sup>)

(«Cooperação policial e judiciária em matéria penal — Decisão-Quadro 2002/584/JAI — Artigos 27.º, n.º 4, e 28.º, n.º 3, alínea c) — Mandado de detenção europeu e procedimentos de entrega entre Estados-Membros — Regra da especialidade — Pedido de ampliação do mandado de detenção europeu que motivou a entrega ou pedido de entrega posterior a outro Estado-Membro — Decisão da autoridade judiciária do Estado-Membro de execução que dá o consentimento — Recurso suspensivo — Admissibilidade»)

(2013/C 225/65)

Língua do processo: francês

#### **Órgão jurisdicional de reenvio**

Conseil Constitutionnel

#### **Partes no processo principal**

**Recorrente:** Jeremy F.

**Recorrido:** Premier ministre

#### **Objeto**

Pedido de decisão prejudicial — Conseil Constitutionnel — Interpretação dos artigos 27.º e 28.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (JO L 190, p. 1) — Extensão dos efeitos do mandado de detenção europeu — Existência de um recurso (recurso de decisão de um tribunal competente para decidir em primeira instância) da decisão da autoridade judiciária de execução no Estado requerido, no caso em apreço, a chambre d'instruction da cour d'appel — Prazo de 30 dias

#### **Dispositivo**

Os artigos 27.º, n.º 4, e 28.º, n.º 3, alínea c), da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, conforme alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, devem ser interpretados no sentido de que não se opõem a que os Estados-Membros prevejam um recurso que suspenda a execução da decisão da autoridade judiciária que se pronuncia, no prazo de trinta dias contado a partir da receção do pedido, para dar o seu consentimento quer à instauração de um procedimento penal contra uma pessoa, à sua condenação ou à sua detenção para efeitos do cumprimento de uma

pena ou de uma medida de segurança privativas de liberdade, por uma infração cometida antes da sua entrega em execução de um mandado de detenção europeu, diferente daquela que motivou essa entrega, quer à entrega de uma pessoa a um Estado-Membro diferente do Estado-Membro de execução, por força de um mandado de detenção europeu emitido por uma infração cometida antes da referida entrega, desde que a decisão definitiva seja adotada nos prazos mencionados no artigo 17.º da mesma decisão-quadro.

(<sup>1</sup>) JO C 156, de 1.6.2013.

**Despacho do Tribunal de Justiça (Décima Secção) de 21 de março de 2013 (pedido de decisão prejudicial de Tribunal Cível da Comarca do Porto — Portugal) — Maria Alice Pendão Lapa Costa Ferreira, Alexandra Pendão Lapa Ferreira/Companhia de Seguros Tranquilidade SA**

(Processo C-229/10) (<sup>1</sup>)

**(Artigo 99.º do Regulamento de Processo — Seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis — Diretivas 72/166/CEE, 84/5/CEE e 90/232/CEE — Direito a indemnização ao abrigo do seguro obrigatório de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis — Responsabilidade civil do segurado — Contribuição do lesado para o dano — Exclusão ou limitação do direito a indemnização)**

(2013/C 225/66)

Língua do processo: português

## Órgão jurisdicional de reenvio

Tribunal Cível da Comarca do Porto

## Partes no processo principal

*Recorrente*): Maria Alice Pendão Lapa Costa Ferreira, Alexandra Pendão Lapa Ferreira

*Recorrida*: Companhia de Seguros Tranquilidade SA

## Objeto

Pedido de decisão prejudicial — Tribunal Judicial da Comarca do Porto — Interpretação das Diretivas 72/166/CEE do Conselho, de 24 de abril de 1972, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade (JO L 103, p. 1; EE 13 F 2 p. 113), 84/5/CEE do Conselho, de 30 de dezembro de 1983, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis (JO 1984, L 8, p. 17 EE 13 F 15 p. 244), 90/232/CEE do Conselho, de 14 de maio de 1990, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis (JO L 129, p. 33), em especial o seu artigo 1.º-A, 2000/26/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de

16 de maio de 2000, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis e que altera as Diretivas 73/239/CEE e 88/357/CEE do Conselho (Quarta diretiva sobre o seguro automóvel) (JO L 194, p. 14) — Disposição nacional que exclui a responsabilidade pelo risco resultante da circulação dos veículos automóveis em caso de acidente da responsabilidade exclusiva do peão vítima do referido acidente e que permite a exclusão ou a redução do direito à indemnização das vítimas de acidente em caso de culpa concorrente, devido à contribuição da vítima para a produção do dano.

## Dispositivo

A Diretiva 72/166/CEE do Conselho, de 24 de abril de 1972, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade, a Segunda Diretiva 84/5/CEE do Conselho, de 30 de dezembro de 1983, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis, e a Terceira Diretiva 90/232/CEE do Conselho, de 14 de maio de 1990, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis, devem ser interpretadas no sentido de que não se opõem a disposições nacionais do domínio do direito da responsabilidade civil que permitem excluir ou limitar o direito de a vítima de um acidente exigir uma indemnização a título do seguro de responsabilidade civil do veículo automóvel envolvido no acidente, com base numa apreciação individual da contribuição exclusiva ou parcial dessa vítima para a produção do seu próprio dano.

(<sup>1</sup>) JO C 195 de 17.07.2010.

**Despacho do Tribunal de Justiça (Oitava Secção) de 16 de maio de 2013 — Caixa Geral de Depósitos, SA/Comissão Europeia, República Portuguesa**

(Processo C-242/11 P) (<sup>1</sup>)

**[Recurso de decisão do Tribunal Geral — Artigos 149.º e 181.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Subvenção global de apoio ao investimento autárquico em Portugal — Redução da contribuição financeira — Não conhecimento do mérito do recurso — Inadmissibilidade manifesta]**

(2013/C 225/67)

Língua do processo: português

## Partes

*Recorrente*: Caixa Geral de Depósitos, SA (representante: N. Ruiz, advogado)